Licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 Unported

TABORDA, Francisco. **A Igreja e seus ministérios**. Uma teologia do ministério ordenado. São Paulo: Paulus, 2011. 327p.

João Batista Libanio*

Eis um estudo sério, cuidadoso, que une ampla informação de maneira bem sintética com reflexões de aprofundamento. O livro nasce de longa e madura docência sobre esse tema de maneira que o leitor adquire, num número razoável de páginas, visão vasta da temática. As notas de rodapé estão a indicar a riqueza de bibliografia consultada e referida, fundando bem as teses propostas.

Na introdução o autor indica a natureza do livro. Não trata da propalada crise do ministério ordenado, mas pretende compreendê-lo a partir do Evangelho, da tradição e da liturgia da Igreja e contribuir assim para vislumbrar caminhos, sem sucumbir à tentação das receitas. Ademais, estabelece, como ponto de vista central para encarar os ministérios, a prioridade lógica, não cronológica, da Igreja em relação aos ministérios. O ministro existe para a Igreja e em função da Igreja. Por isso, a Igreja vem em primeiro lugar, mesmo que o constituir-se da Igreja resulte da pregação de alguém. Está aí o horizonte em que se move a reflexão do autor. Existe certa analogia com outra questão: a prioridade das Igrejas particulares em relação à universal ou vice-versa. A Introdução ainda explicita o termo de sacramento da ordem, tanto sob o aspecto etimológico, quanto semântico. Tal se faz de maneira detalhada e bem cuidadosa quanto às fontes da reflexão. Termina com rápida menção da metodologia: ao partir da *Lex orandi-Lex credendi*, a fim de purificar tal axioma de poeiras históricas, o autor recorre à fundamentação escriturística, reforçada pelo uso da Igreja – *sensus Ecclesiae*. Só então se capta o conteúdo da prece da Igreja, das preces litúrgicas, não vistas em si, mas baseadas na Escritura e atestadas pela Tradição universal.

* Doutor em Teologia (Pontifícia Universidade Gregoriana -Roma) e professor da FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia). País de origem: Brasil. E-mail: secteologia@faculdadejesuita.edu.br

O livro estrutura-se em três partes e alguns anexos. A primeira volta às raízes da prática ministerial na Igreja, a segunda sistematiza os dados aí colhidos para na terceira analisar a celebração do sacramento da ordem, interpretando o que nele se expressa à luz da Escritura e da Tradição. Seguem-se anexos das preces da ordenação episcopal, presbiteral e diaconal.

A compreensão da prática ministerial na Igreja se alimenta de três fontes: a atuação de Jesus, os ministérios no Novo Testamento e a evolução histórica na concepção do ministério ordenado.

O Novo Testamento apresenta-nos a práxis de Jesus. Ela é e permanece definitivamente como última base crítica para o ministério na Igreja que a persegue desde o início até hoje, ora mais fielmente, ora menos. No capítulo, o autor debate-se com três modelos fundamentais do agir de Jesus: sacerdotal, servo de YHWH e Bom Pastor.

O modelo sacerdotal não responde aos escritos do Novo Testamento. Pelo contrário, parecem descartar tal título para mostrar a distância de Jesus em relação ao sacerdote judeu – ele não pertencia ao sacerdócio aarônico nem era da tribo levítica – e ao sacerdote pagão. O autor mostra como esses sacerdócios geriam o espaço e o tempo sagrados em conflito com o profano. Jesus, porém, relativiza tal mundo. Ele provoca a desabsolutização da ordem vigente cósmico-político-religiosa e se constitui fim e realização do sacerdócio, como a Epístola aos Hebreus nos refere. Ela não entende o sacerdócio de Jesus de maneira ritual, mas histórica, vivencial, existencial. O autor apresenta-nos clara e excelente síntese dessa epístola no referente ao significado do sacerdócio de Cristo.

O capítulo prossegue a reflexão sobre a práxis de Jesus como Servo de YHWH e sobre o ministério na Igreja segundo esse modelo. Nesse parágrafo, o autor, com apoio sobretudo em H. Arendt, trabalha o conceito de poder, tanto na perspectiva antropológica como sociopolítica, que servirá para contrapô-lo à perspectiva do Servo de YHWH. Este vivencia o poder pela fraqueza. E mais adiante, enfoca tal questão no que diz respeito ao ministério na Igreja, encarando o poder como serviço.

Conclui o capítulo estudando o ministério na Igreja segundo o modelo do Bom Pastor. Imagem altamente bíblica. Por meio da Reforma, ela se tornou comum nas Igrejas evangélicas, ao contrário da categoria de sacerdócio. Embora a imagem tenha certa ambiguidade no sentido de insinuar a dependência das ovelhas, o autor mostra-lhe a outra

face, enquanto exprime um pastor que caminha à frente, provê, cuida, faz-se solidário até a entrega da própria vida.

Em toda essa reflexão, o autor mostra reserva sobre o conceito de sacerdócio. A designação sacerdotal para os ministérios presbiteral e episcopal carrega certa ambigüidade. Nas pegadas de Y. Congar, escreve que o termo "sacerdote" "que em realidade qualifica todos os cristãos e que, a título autêntico, só qualifica Jesus Cristo, o único sacerdote, não é [um termo] muito bom" para designar o ministro ordenado.

O capítulo II estuda os ministérios no Novo Testamento, ao distinguir entre básicos e estruturais das comunidades. Trabalho sério e cuidadoso. Aborda os três ministérios básicos dos apóstolos, profetas e doutores, dando relevo ao dos apóstolos. Depois de caracterizar, em geral, os ministérios estruturais das comunidades, percorre, com rigor e esmero, textos da Carta aos Filipenses, dos Atos dos Apóstolos, das Epístolas Pastorais, das dirigidas às comunidades de Colossos e Éfeso e a outras comunidades espalhadas em diversos escritos (Epístola de Pedro, Hebreus, Epístola de Tiago, Evangelho de João, Segunda Epístola de João e Apocalipse). Aí se encontram esclarecimentos sobre tais ministérios. Destarte, tem-se visão ampla de como eles se foram construindo nas diferentes comunidades no início da Igreja. Taborda chega à conclusão muito interessante: "o ministério não se desenvolveu em torno da eucaristia ou da liturgia, mas em torno da construção da comunidade, pela pregação, exortação, direção e também, sem dúvida, pela eucaristia".

No terceiro capítulo, o autor dirige a atenção à evolução histórica da concepção do ministério ordenado. Ele o faz em três ondas. A primeira trata da concepção pneumatológico-eclesial, correspondente ao primeiro milênio. Nela se salienta o gesto sacramental da imposição das mãos com a prece da ordenação, ordenando o candidato para uma comunidade local concreta, onde desempenhará o ministério. A segunda onda, correspondente ao segundo milênio, desloca o movimento para a dimensão cristológico-individualista. Retira a imposição das mãos do contexto da Igreja local e lhe dá certa autonomia. Quando se respeitam matéria e forma, a ordenação é válida, independente da vinculação com a comunidade. O decisivo é o cumprimento do ritual, mesmo que se continue mencionando o "título de ordenação". Vários fatores contribuíram para a privatização do ministério ordenado.

O autor estuda a evolução medieval na qual o ministério se entende como *potestas* (poder), mostrando que, sendo rejeitado nos inícios, tal conceito obteve na Idade Média foro de cidadania na teologia e no direito canônico. Isso não acontece sem a influência do renascimento do direito romano no final do séc. XI para o começo do séc. XII e de outros fatores políticos. Com ele se processou a progressiva clericalização. Em conexão, deu-se também a privatização da missa. Mudou-se o sentido na relação Cristo-Igreja, eucaristia-Igreja. Na Patrística, a Igreja era o *corpus verum* de Cristo e a eucaristia o *corpus mysticum*. No começo da Idade Média se inverte por causa da disputa sobre a presença real na eucaristia com repercussão no ministério ordenado.

O presbiterado começou a ser compreendido como estado de vida com valorização do celibato, distinguindo-o e separando-o dos não presbíteros. Acentuam-se o caráter sacramental e sua ação *in persona Christi*. Corre-se o risco de serem esquecidas a relação com a comunidade e a própria eclesialidade do ministério.

O Concílio de Trento, que poderia ter sido um momento de equilíbrio, perdeu tal chance por causa das opções metodológicas de tratar os temas postos pelos Reformadores e de não querer dirimir controvérsias existentes entre as escolas teológicas católicas. Ele esposou, pelo menos, duas teologias do ministério ordenado, observa Taborda: uma baseada no conceito de sacerdócio, outra em torno da hierarquia, tendo o bispo no vértice. Não conseguiu, porém, formular uma teologia adequada do episcopado e por isso não integrou a teologia do sacramento da ordem numa eclesiologia. Reafirma, perpetua e reforça a posição medieval do sacerdócio como "poder de consagrar".

O Concílio Vaticano II, mesmo que não tenha conseguido uma síntese das teologias dos dois milênios, apontou-lhe o rumo. Ele supera a dicotomia entre *potestas ordinis* e *potestas jurisdictionis*, integrando-as num único conceito de *sacra potestas* que ele interpreta a partir do tríplice múnus de ensinar, reger e santificar. Por fim, considera o ministério a partir do episcopado, sacramento da "plenitude do sacerdócio".

Terminada essa parte sobre as raízes do ministério ordenado na Igreja, o livro dedica um capítulo sobre a sua eclesialidade. Começa, então, pela caracterização da Igreja particular a partir de seus elementos constitutivos. Ela é congregada no Espírito Santo por meio do Evangelho e dos sacramentos em comunhão com seu pastor. A eucaristia ocupa entre os sacramentos papel primordial. Ela faz a Igreja. Vê-a em tensão com a Igreja

universal. Reflexão eclesiológica fundamental para evitar os dois extremos do galicanismo da Igreja particular e uma hipostasiação da Igreja universal. E pior ainda quando esta se identifica na prática com a Igreja de Roma.

As reflexões sobre a eclesiologia da Igreja particular vêm muito a propósito no momento atual em que o clima criado no Concílio Vaticano II, valorizando-a, arrefece. Salienta-lhe a dimensão de comunhão de pessoas. E a Igreja no todo se entende una e única como comunhão de comunhões. Considera secundária a distinção entre ministros e não-ministros em comparação com o que lhes é comum. Acentua a Igreja local como comunidade diversificada pelos carismas assentada sobre a igualdade fundamental. Não há oposição entre ministérios e carismas, já que o próprio ministério é carisma.

Prossegue a reflexão, caracterizando o ministério ordenado, primeiro, de um modo geral. Considera-o na vida da Igreja, na comunidade e diante dela. Julgo essas páginas iluminadoras sobretudo para aqueles que se preparam para o ministério ou já o exercem. Texto cuidadoso e crítico, ao identificar tradições diferentes, mostrando-lhes a maior ou menor pertinência com uma concepção do ministério ordenado na Igreja. Essa tese central do livro atravessa os capítulos: a precedência da Igreja sobre os ministérios em que pese certa tendência oposta.

Merece destaque o parágrafo dedicado à sucessão apostólica. Ilumina e corrige equívocos sobre a materialidade de tal transmissão e permite abertura ecumênica, de um lado, e evita aventureirismo, de outro.

Num segundo momento, Taborda detém-se em cada um dos três ministérios ordenados. Texto esclarecedor. Tanto mais importante quanto muitas igrejas particulares se consideram nelas mesmas sem comunhão com as outras e em mera dependência subordinada de Roma. Assim a colegialidade eclesial se esvai e o ministério presbiteral, também ele, perde a dimensão colegial, ao permanecer funcionalmente na dependência unilateral dos bispos. Em algumas igrejas, multiplicam-se os diáconos, sem muita clareza sobre tal ministério. Taborda delineia muito bem a distinção e articulação entre esses ministérios. Realmente vale a pena conferir. Situa bem a posição do ministério episcopal, sua colegialidade e também o presbiteral na sua função de coletivo em torno do bispo. Além disso, ilustra o ofício diaconal a partir da tradição da Igreja, oferecendo luzes para as

Igrejas que estão reimplantando o diaconato permanente. Elucida esse ministério a partir sobretudo do serviço aos pobres, prolongando a presença dos bispos nesse mundo.

Pareceu-me muito pertinente e lúcida a abordagem da problemática vocacional. Apresenta as duas correntes principais e oferece elementos teológicos para juízo crítico sobre elas. Uma atribui relevância à dimensão subjetiva do candidato e a outra ao chamado que a Igreja faz para alguém, julgado apto por ela, assumir o ministério ordenado, mesmo contra sentimentos interiores. Os promotores de vocação têm muito que aprender dessa explanação.

Estuda em dois parágrafos conclusivos do capítulo a situação anômala do presbítero religioso que não se entende a partir do presbitério em torno do bispo e o fato dos bispos titulares que não presidem a uma Igreja particular. Por essa ocasião, Taborda recorre à tradição oriental e oferece-nos iluminadora explanação sobre o "princípio da economia" que corrige a tendência legalista ocidental.

E o livro constrói uma terceira parte que estuda o ministério uno da Igreja, sacramentalmente instituído num processo em que a ação divina se expressa na ação humana. Dedica-se a enuclear a estrutura e os elementos essenciais de uma ordenação. E para tanto, explicita a expressão significativa do sacramento da ordem e debruça-se sobre as preces da ordenação.

A instituição de ministros da e na Igreja se realiza por meio do sacramento da ordem que lhes confere a graça da função a que são destinados e a força do Espírito Santo para viver dignamente tal sacramento. Como todo sacramento, este tem um núcleo central em que se unem palavra e gesto simbólico para expressar aquilo que a Igreja suplica a Deus, acreditando na promessa infalível de sua Palavra.

O ato fundamental da vida da Igreja, a saber, a instituição de ministros nas ordens do episcopado, presbiterado e diaconado se situa num movimento em três momentos: a escolha, a designação e a acolhida dos novos ministros em cada um dos graus. Entram em questão quatro agentes: a comunidade, o bispo, o ordenando e o Espírito Santo.

Tal movimento tem a culminação na imposição das mãos acompanhada da prece solene da Igreja reunida em oração. O gesto da imposição das mãos – quirotonia - mereceu longo estudo para detectar-lhe o sentido profundo de que o ministro é dado por Deus para agir na comunidade e por meio da comunidade na comunhão entre as comunidades. Esse

gesto significa transmissão de poder ou constituição em autoridade. A sua força simbólica tem raízes antropológicas. Encontram-se ressonâncias no Antigo Testamento e na tradição judaica. Faz-se presente no Novo Testamento. De passagem, aborda-se tanto a ordenação sem imposição das mãos como as suas variantes nas diversas liturgias. Termina esse tema percorrendo brevemente a evolução de tal expressão significativa no rito romano puro, no Pontifical Romano-Germânico (séc. X), nos pontificais da Idade Média alta e tardia, e na reforma litúrgica do Vaticano II.

O texto da *Tradição Apostólica*, antigamente atribuída a Hipólito de Roma, por causa de sua importância, mereceu consideração detalhada no referente à ordenação episcopal. O texto do Testamento do Senhor, datado provavelmente do séc. V, na Igreja da Síria, ofereceu o material para a estrutura da ordenação presbiteral e diaconal.

Quanto às preces da ordenação, Taborda faz-lhe estudo pormenorizado em dois momentos. Num primeiro, dedica-se a mostrar o dinamismo literário-teológico das preces de aliança, gênero literário das anáforas ou orações eucarísticas e de outras preces de fundamental importância na celebração dos sacramentos. Tal movimento corresponde à dinâmica teológica da relação de aliança entre Deus e a humanidade. Num segundo momento, a atenção se volta para analisar as preces de ordenação na liturgia romana atual.

O livro termina com três anexos: a Prece de ordenação episcopal do Sacramentário Veronense/Gelasiano, a Prece de ordenação presbiteral do Sacramentário Veronense e a Prece de ordenação diaconal do Sacramentário Veronense.

Livro muito maduro, levado a cabo com extremo esmero. Revela sólido conhecimento das fontes e uso de ampla bibliografia. Apesar de ser alentado, apresenta, porém, sínteses bem elaboradas de pontos importantes da teologia ministerial. Assim o leitor penetra no sentido profundo do ministério ordenado na Igreja. O horizonte principal de compreensão é a Igreja como sacramento maior da presença salvífica de Jesus. Talvez tenham faltado um toque latinoamericano e certa referência às situações gritantes de nossa realidade social e eclesial. Entende-se, porém, tal reserva devido à opção do autor de pensar tal relação mais a modo de provocação, de decorrência da *Lex orandi* e *Lex credendi*, de onde surge uma *Lex agendi* libertadora. Fica para os leitores e estudiosos o desafio de chegar até a esse nível que o livro provocou.

Recomendo a leitura aos ministros ordenados, àqueles que se preparam para tais ministérios e ao fiel comum a fim de compreenderem melhor a vida da Igreja. Superam-se preconceitos contra o ministério ordenado, criados, bastas vezes, não por causa dele mesmo, mas devido a compreensões limitadas e defeituosas do mesmo.